



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

SOLENE I

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

SOLENE I**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão.....	
Composição da Mesa.....	
Oradores:	
Dep. Hermas Brandão - Pres. da	
Assembléia Legisl. do Paraná....	
Sr. Roberto Requião - Governador	
do Estado do Paraná.....	
Sra. Maria Marta - Secretária de	
Estado da Administração.....	
Encerramento da Sessão.....	

SESSÃO SOLENE I

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DE
INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
REALIZADA EM
15 DE FEVEREIRO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário..

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli,

Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Abertura da Sessão:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Verificada a existência de número legal e sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos e declaro instalado o período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, ocasião em que S. Exa. o Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná, atendendo ao dispositivo constitucional, procederá à leitura da mensagem que dará conta da situação do Estado e solicitará as providências que julgue necessárias.

Designo uma comissão composta de S. Exas. os Srs. Deputados Valdir Rossoni, Cida Borghetti e José Maria Ferreira, para acompanharem a este plenário, S. Exas. o Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa.

Suspendo a Sessão por alguns instantes para aguardarmos S. Exas.

(Reaberta a Sessão)**Composição da Mesa:**

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Carlos Alberto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - TRE; Exmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Luiz Eduardo Trigo Roncaglio, Procurador Geral da Justiça em exercício; Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(Execução do Hino Nacional)

Oradores:

Deputado Hermas Brandão - Presidente da ALEP

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Lê):

“Iniciamos hoje um ano legislativo que reúne as condições para marcar a história contemporânea deste Parlamento.

Ao longo do atual mandato, que em 2006 será submetido ao julgamento da população, esta Casa vem passando por mudanças profundas.

O objetivo é um só: mantê-la à altura das melhores expectativas dos paranaenses.

Um breve olhar para o passado imediato confirma o que aqui lembramos neste momento.

No campo administrativo, elevamos os níveis de eficiência interna. Para isso, faço questão de dizer que colabora de forma importante a equipe que auxilia a Mesa Diretora no gerenciamento da Casa.

Entre as tantas medidas adotadas, a mesma finalidade impõe sua marca a cada uma delas: a de trazer maior transparência e agilidade a este Poder. Somente assim podemos responder, de forma positiva, aos anseios daqueles a quem representamos. É o caso do leilão oficial da frota de veículos que prestava serviço aos gabinetes, medida inédita no Brasil. Entendemos que era necessária e a adotamos. A qualidade do trabalho dos Srs. e Sras. Parlamentares em nada foi afetada. E os recursos foram recolhidos aos cofres do Legislativo.

Posso ainda citar o enxugamento do quadro de pessoal. Uma vez realizado, tornou possível maior eficiência ao corpo de servidores, que passou a ter vencimentos dignos e um horizonte de crescimento funcional.

É esse horizonte que passa a ser ocupado pela Escola do Legislativo, um centro de especialização para os funcionários desta Casa. Mais tarde, a Escola se abrirá também à comunidade. Da mesma forma, o novo Regimento Interno, aprovado nesta gestão, eliminou despesas e tornou mais ágil o trâmite de projetos de lei.

E quero acrescentar, aqui, que é com satisfação que observamos o Congresso Nacional seguir os mesmos passos, ao debater o fim do pagamento por Sessões Extraordinárias, ação já adotada aqui no Paraná.

Cada uma dessas medidas, além de todas as outras - e não são poucas! - já tomadas por esta Presidência e pelos demais Parlamentares, são consequência direta da sintonia entre o Poder Legislativo e a sociedade paranaense.

A primeira medida que vamos adotar no ano legislativo que hoje tem início será a da redução do recesso parlamentar. Ao falar sobre isso, quero aduzir que a qualidade do trabalho de um parlamento não se mede apenas pelo volume de legislação produzido. Deve contar, e muito, a qualidade e pertinência das leis.

Tudo, na vida parlamentar, conduz ao ambiente nobre que ora ocupamos, onde apresentamos, debatemos, votamos e aprovamos as leis.

Mas a vida parlamentar não se esgota aqui. A verdadeira representação popular só é possível a partir do contato permanente com as bases representadas - porque é dessa representação que as idéias e as futuras leis se alimentam. Afirmo isso com a alegria de quem tem tido a oportunidade de realizar.

Mas também com a responsabilidade de quem tem os olhos postos nas soluções possíveis para cada uma das questões que preocupam a todos nós, paranaenses. Quem olha por hoje, prepara o futuro. E o futuro é resultado do que construímos a cada dia, senhoras e senhores.

Essa é a lição que eu retiro de cada jornada aqui trabalhada ao longo de 23 anos. Essa é a tarefa que nos delegou a comunidade que aqui representamos - uma comunidade que hoje alcança dez milhões de pessoas.

Somos parte dessa comunidade. Somos, cada um de nós, hoje, aqui presentes, desde o mais humilde até a mais alta autoridade, antes de tudo, cidadãos paranaenses. É com esse espírito que, tenho certeza, todos aqui interpretam o exercício de um mandato popular. Não há poder mais verdadeiro que aquele oriundo do voto.

É com esse mesmo espírito que reconhecemos, nós Parlamentares, a necessidade de estarmos mais perto de quem representamos.

Não apenas queremos legislar e fiscalizar, missão que a Carta Maior do nosso Estado nos delega. Queremos, isto sim, contar mais e mais com o auxílio da população nessa tarefa.

A informação, senhoras e senhores, é a pedra fundamental sobre a qual se assenta a democracia. Sem informação, não se pode analisar, trocar idéias, fazer juízo crítico nem tampouco formar opinião. E somente estimulando a livre circulação da informação construiremos uma sociedade em que a política possa ser vista como o que de fato é: um instrumento para a transformação positiva da vida em nossa comunidade. Produto do encontro entre a iniciativa privada e o interesse comum a todos, a imprensa tem exercido seu papel de levar informação à sociedade e por isso merece nosso apoio e incentivo.

Mas é forçoso reconhecer que podemos e devemos ir além. A TV Assembléia, ora em processo de instalação, cumprirá o papel fundamental de se somar a esse esforço. A TV será um canal de prestação de contas das atividades parlamentares e de oferta de serviços informativos de interesse da sociedade, como a divulgação educacional e cultural.

A população do Paraná anseia por mais informações sobre o trabalho realizado pelos Deputados e Deputadas. Mais informação significa maior fiscalização. Sim, senhoras e senhores! Fiscalizar é cobrar coerência. Mas pode ser também o caminho natural para o reconhecimento do bom trabalho realizado. Afinal, somente com a oferta continuada de informação, a população pode avaliar seus representantes. É esse mesmo princípio que orienta a criação da Rádio Parlamento. Vamos utilizar a Internet para levar informação ao Paraná. E não somente àqueles que possuem acesso.

Criaremos um serviço noticioso para as emissoras de rádio de todo o Paraná que hoje não possuem um correspondente aqui em Curitiba. Com isso, esperamos alcançar todas as comunidades de nosso Estado. TV, Rádio, Escola do Legislativo são medidas que vêm se somar ao conjunto de ações já em curso no atual mandato parlamentar. E queremos, em cada um desses novos espaços, a participação popular!

Na Casa do Povo, não apenas a maioria, mas principalmente as minorias estão representadas. Assim tem sido e assim será. Porque somos todos e cada um de nós os fiadores da esperança, individual e coletiva, dos que em nós depositaram a sua confiança. É por eles que devemos, a cada dia, exercer nossos mandatos.

Por isso, é com grande alegria e satisfação que anuncio aberto, na condição de Presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná, o ano parlamentar de 2006. E o faço com a certeza, meus amigos e minhas amigas, de que esta será, cada vez mais, a Casa dos paranaenses.

Muito obrigado!

(Apresentação da cantora lírica
Ana Vitória Capriglione Beraldin)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, que atendendo o dispositivo constitucional, procederá à leitura da mensagem a este Poder Legislativo.

Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná

O SR. ROBERTO REQUIÃO

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Justiça; Exmo. Sr. Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - TRE; Exmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Luiz Eduardo Trigo Roncaglio, Procurador Geral da Justiça em exercício; Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário,

2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Ocupo esta tribuna, Srs. Deputados, para prestação de contas, mas a prestação de contas de um governador é sempre enfadonha. Então, pretendo iniciar esta intervenção, com algumas poucas e boas notícias.

Estou encaminhando, Presidente Hermas Brandão, hoje, após esta minha intervenção, à Mesa da Assembléia Legislativa presidida por V. Exa, o novo quadro-geral dos funcionários do Estado do Paraná, contemplados com aumentos que oscilam entre 25.56% a 88.10%, privilegiando necessariamente os funcionários de menor salários, que ao longo do tempo foram marginalizados pelos governos que me antecederam.

(**Aplausos**)

Estou enviando a V. Exa. o prometido projeto de lei, que organiza definitivamente a carreira dos agentes técnicos das universidades estaduais do Paraná, com aumentos devidos, necessários e substanciais.

Estou enviando o projeto que cria o novo Batalhão da Polícia Montada do Paraná, tão necessária ao patrulhamento comunitário e integrado, que tanto desejamos.

Estou encaminhando a V. Exa. um projeto de lei, conforme a competência do governo do Paraná, estabelecendo salários-mínimos por categoria, para as diversas categorias de trabalhadores do Estado. O projeto pensado inicialmente era um projeto de um salário-mínimo geral, mas este projeto já havia sido fulminado pelo Supremo Tribunal Federal, quando ensaiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. A solução é o escalonamento de salários por grupos de trabalhadores. O projeto que envio faz com que os salários oscilem entre 427 reais e 437 reais, portanto, quase a mesma coisa. Estou apenas contornando formalmente um problema legal e encaminhando a V. Exa. Sr. Presidente, uma modificação do quadro dos oficiais da Polícia Militar, para que os nossos soldados, depois que freqüentarem o ensino médio e as universidades, possam também ascender ao oficialato. É uma mudança definitiva, justa e necessária. Após a minha intervenção, já tendo conversado com V. Exa., em uma quebra de formalidade da intervenção dos governadores, ocupará com a vossa permissão, a nossa Secretária de Administração Maria Marta, que irá dar uma explicação mais detalhada sobre cada um dos projetos. Não estou propondo um debate, mas um aprofundamento que será feito pela Secretária da Administração, responsável pela redação final de cada projeto.

Vamos, então, Presidente, à prestação de contas do Governo do Paraná. Mais um vez venho aqui prestar contas aos representantes do povo. Relato o que o nosso Governo fez nesses três anos de mandato e o que espera realizar ainda neste ano. Acredito que uma das ações mais significativas das tantas quantas empreendemos foi a retomada, a recuperação, a reconquista do Estado.

Quando os corifeus do novo liberalismo anunciaram o fim da história e redimensionaram o papel do Estado, não estavam tão simplesmente propondo restri-

ções à intervenção do Estado na economia. Foram além, no desenho dessa nova Atlântida desalmada, reservaram ao Estado, quando muito, o papel de síndico para mediar desavenças entre vizinhos. Nessa enfurecida e cruelíssima utopia liberal, propõem-se o afastamento do Estado de todas as funções a ele agregadas ao longo do processo civilizatório, desde os primeiros ensaios gregos até as revoluções sociais dos Séculos XIX e XX. Quero dizer, ao contrário do que mais uma vez mal entenderam alguns luminares pátrios, a chamada reforma do Estado não se satisfazia com a privatização de empresas públicas - isso era tão somente parte do processo e não seu todo.

Como corolário das privatizações, temos a renúncia do Estado ao papel de gestor das políticas públicas de saúde, educação, segurança e infra-estrutura, de indutor do desenvolvimento econômico, de promotor do equilíbrio social, reduzindo tanto desequilíbrios regionais quanto as disparidades entre classes, principalmente como o atento e generoso protetor dos mais fracos, dos humilhados e ofendidos, das minorias, dos cidadãos com necessidades especiais, sempre tão desamparados neste Mundo em que a competição parece ser o “sal da terra”. Afinal, quem coloca o cidadão em primeiro lugar e faz dele a sua razão de ser é o Estado e não o mercado - em consequência, a defesa do Estado é a própria defesa da cidadania. Afora isso, Presidente, é a barbárie, a truculência, os ataques raivosos ao Estado transformando alguns arautos de sua extinção não nos anunciadores da modernidade e sim nos profetas tenebrosos de um Mundo irremediavelmente cindido entre senhores e escravos. De um lado o mercado e de outro as massas subjulgadas, desposuídas, desassistidas, despersonalizadas, em síntese, desestatizadas.

É interessante anotar que a ressaca da globalização já de algum tempo põe freios e rédeas ao desmonte do Estado. Verifica-se uma pausa, como que uma trégua - as reações eleitorais, tanto na Europa como na América Latina e Central comprovam isso. No entanto, é interessante também que se registre a quase impermeabilidade da chamada “grande imprensa nacional”, dos analistas políticos e dos condutores da nossa política econômica à reação das forças que foram sufocadas pelo pensamento único, pela deificação do mercado. Mesmo que ainda débil, esse sopro parece que não foi sentido por aqui nas terras brasileiras.

De nossa parte, nesses três anos de Governo, o que nos orientou foi a retomada do Estado, a recuperação do seu papel, A reconquista do espaço da cidadania, aqui compreendida em sua mais remota e completa definição. Mesmo porque não existe diferença entre aquilo que foi conceituado no alvorecer da civilização e o que hoje, contemporaneamente, entendemos como a própria substância da sociedade humana. São valores que permanecem.

A retomada do planejamento foi o primeiro movimento do nosso Governo para que o Estado recuperasse a sua capacidade de intervenção na realidade.

Passados três anos temos, de novo, um grupo de mulheres e homens altamente preparados, profissionais de primeiríssima linha, pensando o Paraná, identificando deficiências e potencialidades, orientando as ações de Governo, a partir de compromissos assumidos com os paranaenses.

Para que os serviços públicos de saúde, educação, segurança, saneamento, infra-estrutura, pudessem ser recuperados cuidamos não apenas do reequipamento desses setores, e sim, também, de sua profissionalização. Para resolver de vez a precariedade do ensino fundamental e médio, demos aos professores um Plano de Cargos e Salários, fazendo do Magistério, novamente, uma profissão. O resultado, os Deputados conhecem: no vestibular da Universidade Federal deste ano quem mais aprovou foi a escola pública do Paraná, 52% das vagas foram preenchidas com estudantes que saíram das mãos dos nossos professores nas nossas escolas públicas. Contratamos mais de trinta e quatro mil professores por concurso público e estamos admitindo mais de oito mil servidores para dar às nossas escolas o suporte necessário.

A escola pública paranaense recuperou a qualidade, basta ver os resultados dos exames feitos nas nossas universidades. As universidades estaduais têm índices de aprovação dos alunos originários de escolas públicas acima de 80%. Em relação ao último ano do governo anterior, tivemos um avanço de mais de 20% na aprovação de alunos que vieram das escolas estaduais. Uma evolução simplesmente magnífica. Enfim, os filhos dos nossos trabalhadores, dos funcionários públicos, da nossa classe média, dos nossos agricultores, estão recebendo uma formação, estão sendo preparados para competir no mesmo plano com os filhos das classes mais abastadas.

Atividades extracurriculares como o Projeto Fera, os Jogos Colegiais e Consciência, dão às nossas escolas um novo colorido, um novo ânimo, uma qualidade nova e mobilizam centenas de milhares de alunos, professores, pais e a comunidade. O Projeto Fera, por exemplo, é uma das mais fantásticas criações de incentivo à cultura, revelação de talentos, conagração entre a escola e a comunidade de reconhecimento e respeito à capacidade inventiva das nossas crianças e dos nossos jovens.

(Lê):

“A par disso, elevamos substancialmente os investimentos no ensino superior. O Paraná é hoje o Estado brasileiro que mais investe no ensino estadual de terceiro grau. Para este ano, o orçamento do ensino superior é de 748,3 milhões.

Da mesma forma, o ensino de terceiro grau está passando por uma ampla e consistente reforma, corrigindo distorções e promovendo avanços para que ele possa atender adequadamente os paranaenses.

Os professores universitários também receberam reajustes salariais, o que não acontecia há muitos anos. Contratamos novos professores e mais de dezessete mil servidores, entre docentes e pessoal técnico, tiveram sua situação funcional regularizada.

E aqui uma outra boa notícia da qualidade do ensino público superior. No último exame da Ordem, os bacharéis de Direito formados pela Universidade Estadual de Maringá tiveram um índice de aprovação superior aos formados pelas Universidades Federal e Católica.

Na área da saúde, o grande desafio foi recuperar os investimentos no setor, colocando-o novamente em pé. Pelos nossos cálculos, nos últimos anos do governo que nos antecedeu, foram sonogados mais de 700 milhões de reais de verbas públicas para a saúde dos paranaenses. Na onda da privatização, da terceirização, o sistema de saúde pública viu-se desassistido, desmantelado.

Para este ano de 2006, os recursos para a saúde são 129% maiores que há três anos. Somados, verbas estaduais e repasses, totalizam um bilhão e 263 milhões de reais.

Estamos construindo, reformando e ampliando dezessete novos hospitais, em todas as regiões do Estado. Ao mesmo tempo, repassamos 25 milhões de reais por ano, para fortalecer os hospitais regionais. E estamos custeando as atividades dos hospitais de pequeno porte em municípios de menor população.

Enfim, queremos que os paranaenses tenham assistência médico-hospitalar perto de onde moram, sem precisar se submeter a viagens de ambulância, à busca de atendimento.

As equipes do Programa Saúde da Família também tiveram um aumento significativo. Agora, dos 384 municípios com menos de cem mil habitantes, 381 já contam com a assistência do Programa Saúde da Família.

Como foi compromisso, o Siate está sendo implantado em todos os municípios com mais de cinquenta mil habitantes.

Quer dizer, o Estado do Paraná reassumiu as suas tarefas nas áreas da saúde pública.

Faço aqui um parêntese para deplorar a exploração torpe que alguns fizeram com a chamada “crise das UTIs”. Uma esperta manipulação estatística, feita em cima de dados equivocados, passou a atribuir à hipotética falta dessas unidades, um determinado número de mortes. Qualquer morte ocorrida em nossos hospitais, ou mesmo fora deles, passou a ter como causa mágica a falta de UTIs.

Ao seu tempo, isso foi desmascarado e a verdade restabelecida, embora alguns não vacilem em fazer do sofrimento matéria-prima para campanha eleitoral.

Temos uma outra ótima notícia na área da saúde: a queda, pelo terceiro ano consecutivo, da taxa de mortalidade infantil. O índice registrado em dezembro passado é o menor dos últimos 27 anos. Os investimentos do governo na saúde da mulher e do recém-nascido obtém excelentes resultados.

O aumento do número de hospitais de referência para atendimento das gestantes de alto risco, de 12 para 45 hospitais, o aumento do número de leitos de UTIs neo-natais de 169 para 207 leitos e a contratação de outros 34 leitos da rede particular, para atender ao sis-

tema público, bem como a ampliação da cobertura vacinal e a disponibilidade de medicamentos e exames, para as mães e seus filhos, também contribuíram para derrubar a taxa da mortalidade infantil.

São resultados assim que valem um governo.

Na área da segurança pública, o grande avanço foi a implantação do conceito de polícia comunitária, que hoje serve de referência para o país. O projeto Povo é o modelo dessa nova polícia, próxima do cidadão, presente em seu bairro, conhecida e reconhecida pelos moradores, e facilmente acessível. O Projeto Povo já está presente em todos os 75 bairros de Curitiba e nas 25 maiores cidades do Paraná. Até o final do ano, atingiremos a meta de cobrir as grandes e médias cidades.

A Patrulha Escolar é outra vertente da Polícia Comunitária. Hoje, mais de seiscentos mil alunos em todo o Paraná já contam com esse novo modelo de policiamento, que protege a escola e o seu entorno, e integra, nas ações de segurança, alunos, pais e professores.

Foram contratados 2.316 policiais civis, militares, bombeiros e atendentes do sistema 190. Estamos fazendo novo concurso para contratação de outros mil novos policiais militares. Compramos 2.597 novos veículos para a segurança dos paranaenses, assim como reequipamos as Polícias Civil e Militar com novos armamentos. Incorporamos a tecnologia do geoprocessamento para dar às nossas polícias, bases científicas de atuação.

Policiais civis e militares tiveram aumento salarial entre 40% e 60%. Temos aqui no Paraná hoje os policiais mais bem pagos do país. Entendemos que isso é uma condição básica para que tenhamos uma polícia eficiente, altamente profissional e íntegra. Enfim, também na área da segurança pública, recuperamos a capacidade de intervenção do Estado.

Para acabar de vez com a crônica superlotação em prisões e cadeias, estamos construindo dez novas penitenciárias, que vão triplicar as vagas.”

Esse esforço de retomada do Estado, de reorganização dos serviços públicos, teve um dos seus momentos mais significativos na volta da Sanepar ao controle público. Por determinação desta Assembléia, que através de Decreto Legislativo anulou o pacto de acionistas que dava o controle da empresa ao sócio privado minoritário. A homenagem do Governador à Assembléia Legislativa do Paraná.

Isso possibilitou que a nossa empresa de saneamento voltasse a investir fortemente na saúde dos paranaenses, expandindo a rede de água e esgotos tratados. Neste ano, estamos investindo um bilhão, novecentos e oitenta e um milhões de reais em saneamento básico. Hoje 99% da nossa população recebe água tratada. As cidades com mais de cinquenta mil habitantes terão 80% do esgoto coletado e tratado. As com até cinquenta mil, 65%. Essas porcentagens superam o que os organismos internacionais recomendam e transformam o Paraná num Estado com os melhores índices de saneamento do Brasil e um dos melhores índices de saneamento do mundo.

Recuperamos também a capacidade de participação de Estado no planejamento e na execução de obras de infra-estrutura, transporte e energia. Setores que o Estado fôra expelido na maré montante das privatizações, concessões, mamatas e sinecuras.

Em mensagens anteriores descrevi aos senhores as condições de tráfego das rodovias estaduais, lamentáveis. Pois bem! Até o final deste ano teremos recuperado perto de cinco mil quilômetros de estradas com investimentos bem superiores a um bilhão de reais. O DER foi reorganizado e volta a prestar um magnífico trabalho aos paranaenses. Aliás, o DER é também contemplado com consistência nesse projeto de aumento e reorganização do quadro geral do Estado do Paraná.

O Estado readquiriu condições de operar na recuperação, preservação da Malha Rodoviária Estadual, um patrimônio de mais de dez bilhões de reais que estava esfarelado pela incúria. Neste ano de 2006 vamos concluir a grande obra de recuperação das rodovias estaduais. De ampliação da malha, de construção de contornos e duplicação de trechos críticos. Depois de dez anos de abandono o Estado voltou a investir na recuperação e manutenção de aeroportos públicos e municipais.

Aplicamos um milhão e meio para recuperação de sete desses aeroportos e finalização de outros doze. Ao mesmo tempo, recolocamos o Estado como parte interessada como sujeito ativo e responsável na questão do pedágio. Mantemos dura luta contra o abuso das concessionárias. Fomos à Justiça com dezenas de ações para reduzir tarifas. E vamos continuar a briga para sustar os aumentos insuportáveis. E estabelecer um preço justo. Compare entre 98 e 2002 no Governo anterior as concessionárias pediram em média aumento de 57% na tarifa do pedágio e receberam do Executivo o exato 57% de aumento.

No nosso Governo as concessionárias pediram 62% e nós, com base no estudo das planilhas, concedemos apenas 6%. O resto dos aumentos foi imposto por ações judiciais fora, na sua absoluta unanimidade, da justiça do Estado do Paraná.

(Lê):

“Uma das maiores vitórias do nosso governo foi a recuperação e a moralização do Porto de Paranaguá. De um porto deficitário, sem caixa, sem obras, entregue à ganância de alguns poucos especuladores, temos agora um porto que dá lucros, que bate recordes seguidos.

No ano que encerrou, o complexo soja bateu novo recorde de exportação, 12,3 milhões de toneladas, perto de um milhão de toneladas a mais que no ano anterior. A exportação de açúcar, congelados, couros e algodão teve um acréscimo médio de 50%.

A exportação de veículos mais do que dobrou, um aumento de 103% em relação a 2004. Os preços competitivos oferecidos pelo nosso porto tiraram a exportação de veículos do Porto de Santos”.

Um declaração num dos grandes jornais econômicos do Brasil do Presidente da Volkswagen Exportação

afirmara: “Vamos para Paranaguá, porque Paranaguá é 46,7%, apesar do pedágio, mais barato que o Porto de Santos.”

“No ano de 2005, o Porto de Paranaguá teve a maior produtividade entre os portos brasileiros, por metro linear de carga postada. Esta produtividade, por exemplo, é duas vezes e meia superior à do Porto de Santos, o maior porto brasileiro em extensão de cais.

A receita cambial, pelo terceiro ano consecutivo, bate recordes, atingindo nesse 2005 a notável cifra de US\$ 9 bilhões, 159 milhões de dólares. Muito mais do que os 4 bilhões e pouco de receita quando assumimos o Governo do Estado.

Nosso porto está investindo hoje mais de 150 milhões em obras. A construção de um novo silo para grãos sólidos, terminal de fertilizantes, terminais para álcool industrial, a primeira fase do cais Oeste e a remodelação do pátio de triagem.

O orçamento do porto para este ano, aprovado por esta Assembléia, será de 219,4 milhões”.

É o maior orçamento da história do Porto de Paranaguá. Nenhum tostão de empréstimo. Nenhum cêntil do Governo Federal, apesar da tarifa estar congelada pela Agência Nacional há mais de cinco anos. O porto está ganhando em administração correta, logística e produtividade, com a tarifa estabilizada, com a tarifa congelada; consegue um caixa jamais imaginado em épocas anteriores.

“Como os senhores podem ver, também aqui o Estado recuperou a sua capacidade de investir, oferecendo aos paranaenses e brasileiros um terminal adequado às suas exigências.

É essencial, como acontece na quase totalidade dos países do mundo, dos Estados Unidos ao Japão, que o porto continue público, para que ele não seja açambarcado por alguns poucos especuladores, em detrimento do interesse nacional e dos interesses dos nossos empresários e produtores.

Da mesma forma, reaprumada, saneada, e novamente lucrativa, a Copel reafirma-se como a melhor empresa de energia elétrica do Brasil e tem a sua eficiência reconhecida internacionalmente. Assim, ela pode, como foi de sua história, dar uma contribuição decisiva para o desenvolvimento estadual”.

Considerada pelo Global Fines de Nova York a melhor empresa da América do Norte e do Sul, e pelo Financial Times de Londres, a terceira melhor empresa integrada de energia do Planeta.

“Temos hoje no Paraná a menor tarifa de energia elétrica do país, praticada por empresas do porte da Copel. Energia barata e abundante é o diferencial de grande importância para se atrair novos investimentos e estimular a ampliação de investimentos já existentes.

Com as forças recobradas a Copel participa da construção de novas usinas, como as duas usinas do complexo Rio Jordão. Lá, ela aplica 500 milhões, em parceria com a iniciativa privada. Uma das usinas, a de Santa

Clara, já inauguramos. E a outra, a do Fundão, vamos inaugurar em agosto. Para este 2006, a Copel programa o investimentos de mais de 553,1 milhões em obras e programas de melhoria, e expansão do sistema de energia elétrica, sem empréstimos externos.

Em parceria com a Copel, novamente saudável, o Governo do Paraná lançou o Programa Luz Fraterna, que hoje fornece energia elétrica de graça para perto de um milhão de paranaenses de famílias mais pobres.

Como já me referi, o desmonte do Estado afetou fortemente a sua aptidão para planejar. Se isso aconteceu com uma estrutura maior, mais complexa, de maior abrangência como a de um governo estadual, imagine como isso refletiu nas prefeituras municipais, especialmente as das pequenas cidades.

Eis aqui uma outra preocupação do nosso governo. Nesses três anos, no esforço de recuperação das atribuições estatais, generalizamos as exigências de planos diretores municipais para a liberação de recursos. Queremos acabar com o improviso, com as obras desnecessárias, com o clientelismo. Se os recursos são escassos, eles devem ter uma aplicação criteriosa.

Ao mesmo tempo, para apoiar as prefeituras desenvolvemos um grande plano de ações e de obras de infra-estrutura. Foram 758 milhões para melhorar a vida das pessoas em seu próprio local de origem, evitando com isso o inchaço, a hipertrofia das nossas grandes cidades. Neste ano de 2006, vamos aplicar 451 milhões no desenvolvimento urbano, na infra-estrutura dos nossos municípios.

Paralelamente, também com reflexo na vida municipal, estamos executando um grande plano de obras públicas, como penitenciárias, educandários, escolas, delegacias, repartições estaduais, que hoje totalizam investimentos de 557 milhões.

A verdade é que, por muitos anos, o Estado deixou de construir, de equipar-se, de oferecer aos serviços públicos condições adequadas de funcionamento e de atendimento à população.

Somando todos os setores da administração, fechamos o terceiro ano de mandato com mais de 3,7 bilhões em obras e investimentos.”

E isto não ocorreu em nenhum outro Estado brasileiro, independentemente do seu porte, guardada a situação proporcional.

“Ao mesmo tempo que se reorganizava, estruturava, fortalecia-se e recuperava as suas funções, ocupando o espaço necessário na sociedade, segundo o tamanho das necessidades populares, o Estado voltou-se com amor e solidariedade aos mais pobres.

Afinal, o Estado só tem sentido se ele tiver uma medida, como princípio, meio e fim os despossuídos, os desassistidos, os desamparados.

Já citei dois programas de largo alcance social. A Tarifa Social da Sanepar, que torna o saneamento básico acessível a todos e que chega aos mais pobres com custos plenamente viáveis. Sabendo-se que as doenças provoca-

das pela falta de saneamento são ainda as que mais demandam o sistema público de saúde, tem-se uma idéia da importância da Tarifa Social da Sanepar.”

Embora ainda tenha gente que prefere uma monumental compra de remédios a um investimento de saneamento básico. É uma coisa inexplicável, mas que persiste. Tenho analisado isso, Sr. Presidente, como resultado de má-fé cínica ou de ignorância córnea.

“Não só por causa disso, mas sim porque aos mais pobres não se pode negar o direito à água e ao esgoto tratados.”

Já o Programa Luz Fraterna universaliza o acesso à energia elétrica. Uma conquista da civilização que também não pode ser sonhada aos mais pobres. Além de ser o programa que busca dar dignidade às casas daqueles com menor renda, ele também contribui para a preservação da saúde das pessoas.

Completa essas ações o Programa Leite das Crianças, hoje implantado em todos os municípios do Paraná, atendendo 180 mil crianças com um litro de leite, todos os dias. Medições feitas pela Secretaria da saúde comprovam a eficácia do programa ao combate à desnutrição infantil. É emocionante ver os resultados do Programa do Leite.

Ao contrário do que pregavam e ainda teimam pregar os nossos novos liberais, cabe sim um papel ao Estado na vida econômica.

Assim, se de um lado buscamos resgatar as funções próprias do Estado, de sua natureza, de outro buscamos fazer com que o Estado tomasse iniciativa para estimular, animar as atividades econômicas. Que isso também cabe ao Estado.

Na contramão da tendência nacional, aqui no Paraná ousamos cortar impostos, diminuir a carga tributária, trocar os tributos por mais empregos, mais investimentos.

Hoje, das 217 mil empresas ativas no Estado, 150 mil estão totalmente isentas do pagamento do ICMS. A faixa de isenção foi ampliada, em dezembro passado. A partir deste janeiro, empresas que faturam até R\$ 25 mil reais por mês deixaram de pagar o ICMS. As faixas seguintes também foram alteradas, ampliando-se o corte do imposto. Por exemplo, empresas que faturam acima de R\$ 166 mil, pagam apenas 4% de ICMS, sempre levando em consideração a isenção da faixa inferior, como no cálculo do imposto de renda.

Além disso, isentamos o ICMS nas operações de circulação e transporte dos produtos da cesta básica. Produtos como açúcar, feijão, arroz, leite, macarrão, sal e vinagre chegarão mais baratos à mesa dos paranaenses. Já havíamos reduzido a alíquota para 6% e, agora, zera-mos.

Reduzimos a alíquota do ICMS sobre as importações de bens de capital pelo Porto de Paranaguá de 18% para 3%, para estimular as nossas indústrias.

A carga tributária para compras realizadas no Paraná foi reduzida de 18% para 12%. Esse estímulo às

compras internas repercutiu fortemente em nossa economia. Os grandes grupos varejistas chegaram a fechar seus escritórios de compras em outros Estados e as nossas indústrias passaram a receber mais encomendas.

O Programa Bom Emprego, que dilata o recolhimento do Imposto por até oito anos, já fez diferimento de R\$ 2,7 bilhões. Isso significa um financiamento apenas com a correção da moeda, sem nenhum juro, um financiamento extraordinariamente subsidiado para empresas que se instalam nas regiões de baixo índice de desenvolvimento econômico. Foi esse programa, por exemplo, que acabou de atrair para Campo Largo, na região metropolitana, uma fábrica de embalagens para produtos de longa vida, que vai investir cem milhões de euros. Concorrente internacional da Tetra Pack de Ponta Grossa que é a quarta empresa contribuinte do ICMS do Estado do Paraná. É uma revolução para o Paraná e uma maravilhosa revolução para arrecadação de Campo Largo nos próximos anos.

Este programa tem uma face inédita em iniciativas semelhantes: quanto mais pobre for a região onde o investimento se der, maior o benefício do empresário investidor.

Acrescenta-se ainda que o o Programa de Dilação do pagamento do ICMS sobre a conta de energia por quatro anos também para investimentos em áreas com menor IDH está obtendo fantásticos resultados.

Igualmente o Programa Fundo de Aval está conhecendo um sucesso bem além do que poderíamos imaginar. Este programa facilita o acesso do pequeno agricultor ao crédito, já que agora ele tem como avalista o próprio Governo do Paraná. Mais de trinta mil agricultores já foram beneficiados.

Para a safra 2005/2006 alavancamos sessenta milhões de reais para avalizar os créditos.

Antigamente, um agricultor do interior cujo pai não havia feito o inventário que também havia sido esquecido pelo seu avô, chegava ao Banco do Brasil à procura de um crédito oficial. O gerente dizia a ele: *Mas, Sr. José, outra vez aqui? É a terceira vez que o senhor comparece. Eu não posso lhe emprestar porque você não tem garantia real, você não tem avalista.*

Agora mudou. O Sr. José vai a um banco oficial, o gerente o reconhece, ironicamente lhe diz: *Sr. José, outra vez?*

O José bate na mesa e diz ao gerente: *Agora, senhor gerente, a coisa mudou porque eu tenho o aval do Governo do Estado do Paraná.*

Este fundo de aval é extraordinário para restabelecer a capacidade produtiva dos 380 mil agricultores de pequenas e médias propriedades do Paraná.

Ao Programa Fundo de Aval somam-se dezenas de outras iniciativas voltadas ao apoio da pequena agricultura, da agricultura familiar. Este conjunto de ações busca o fortalecimento de centenas de milhares de empreendimentos agrícolas procurando viabilizá-las e estabelecer um justo equilíbrio econômico de pequenos agricultores

financiados pelo Programa Panela Cheia. Livres desse peso podendo produzir com tranquilidade e segurança.

E essa foi uma parceria da base do Governo na Assembléia Legislativa com o Poder Executivo. Um fantástico perdão para dívidas que foram estabelecidas com equivalência em produto e absurdamente transformados em dívidas normais de bancos com juros sobre juros, rigorosamente impagáveis e que prejudicavam de forma fantástica o progresso da produção do Paraná.

No final do ano, mais uma vez houve quem buscase provocar uma falsa polêmica sobre o número de empregos gerados com carteira assinada em todo o Estado. É verdade que aconteceu um queda, especialmente em dezembro como ocorre em todos os anos com o encerramento da fase de maior produção de nossas fábricas.

Ao lado disso, como reconheceu o Ministro do Trabalho, a política de juros do Governo Federal contribuiu ainda mais uma vez de forma gloriosa e triunfante para a diminuição da oferta de empregos. De todo modo, os números de geração de emprego em nossos três anos de governo são extraordinariamente positivos.

Vejam esta comparação: Nos oito anos do governo que me antecedeu, com a vigência de uma política econômica gêmea, univitelina desta política praticada hoje, em oito anos, repito, foram gerados no Paraná trinta e sete mil, setecentos e quatorze novos postos de trabalho com carteira assinada.

Nos três anos do nosso mandato, com a mesma política, foram gerados aqui no Paraná duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e dois novos empregos com carteira assinada.

Esses números, seguramente põem ponto final a qualquer discussão sobre o assunto.

Quer dizer, fica clara a ação do Governo do Paraná. Fica evidente o papel das isenções de ICMS, da dilação do recolhimento do imposto, do forte estímulo à pequena agricultura, dos concursos públicos que admitiram milhares de novos funcionários, na criação de mais empregos formais.

Eu gostaria de citar um único exemplo: as 150 mil empresas que hoje não pagam ICMS e que estão contratando mais empregados, como testemunham os sindicatos empresariais e de trabalhadores e os novos liberais, gente finíssima e que querem que o Estado mantenha-se alheio, duplamente alheio em relação à economia e aos interesses públicos da saúde, educação, segurança e infra-estrutura - é uma contraposição extraordinariamente clara.

Por último, eu gostaria de citar aos Srs. Deputados, a ação do nosso governo em uma área extremamente sensível e delicada, em que se pode jogar o próprio destino do homem no Planeta, a ação do nosso governo em relação ao meio-ambiente, nós temos agido com dureza e com rigor extremo em defesa dos nossos recursos naturais, para que a irresponsabilidade e a ganância não levem de roldão o que ainda restou intocado em nossa

paisagem e para recuperar o que foi degradado. Não vamos ceder ou conceder. Não pretendo ser popular ou bem votado entre aqueles, que de forma criminosa insistem em desmatar, poluir, destruir flora e fauna, em nome de um suposto desenvolvimento, que nada mais é do que a ante-sala da degradação do Planeta.

Sras. e Srs., é o que tenho a dizer. Acrescentaria a isso a nossa parceria com o Poder Judiciário de Curitiba, em parceria que já se deflagrou em um fantástico concurso nacional, que conta com mais de 130 pessoas interessadas em fazer a proposta e que deverá ter, se Deus e a arrecadação nos ajudar, início ainda neste ano de 2006.

É gratificante completar o terceiro ano de governo com a plena certeza da palavra cumprida. Neste último ano do quadriênio vamos completar a obra de reforma do Estado, que é justamente oposta do que pregavam aqueles que queriam o Poder Público demitido de suas funções basilares e precípuas, ditadas não simplesmente pelas constituições e, sim, impostas pela própria evolução das civilizações.

Ao mesmo tempo vamos consolidar a opção que fizemos pelos mais pobres; água, moradia, alimentação, emprego, segurança, saúde e educação. Quando vemos os índices de desnutrição infantil caindo; quando vemos a taxa de mortalidade infantil desabando; quando vemos os filhos dos trabalhadores ascendendo às universidades; quando vemos aumentar o número de mulheres e homens com carteira de trabalho assinada; quando vemos resultados como esses, é sinal de que estamos percorrendo o caminho certo, é sinal de que a opção que fizemos não é apenas justa, como já se transformou em uma realidade gratificante.

Sras. e Srs. Deputados, representantes dos poderes que nos prestigiam nesta prestação de contas, meus agradecimentos, calorosos agradecimentos, a inestimável colaboração desta Assembléia para que obtivéssemos os êxitos, aqui, enumerados. Tenho certeza que neste ano legislativo, o governo e a Assembléia continuarão parceiros em favor dos interesses dos paranaenses. No governo que me antecedeu, o índice de aplicação anual de verba em publicidade, corrigido pelo índice-geral, IGPDI, era de 160 milhões de reais/ano, eu pedi à Assembléia 26 milhões, mas parece que esta havia incorporado esse espírito de redução de gastos em publicidade do governo, de uma forma mais enérgica que o próprio governo. Reduziu esse índice para 16 milhões, o que significa quase nada, porque temos a publicidade legal, a publicação dos editais e o pagamento dos funcionários. Se alguém, com isso, pretendia me irritar, enganou-se redondamente, porque acredito que a comunicação do Estado deveria ser feita pela televisão do Estado e pelas nossas rádios, pelo Diário Oficial, pela voz do Governador e pela palavra firme dos Partidos de Apoio em cada município e diante de nossas bases. É importante que vocês saibam, por exemplo, que no Governo que me antecedeu um jornal como a Gazeta do Povo recebia por ano cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil reais a título de

investimentos em publicidade e que no nosso Governo essa média foi reduzida para duzentos e trinta e oito mil reais, o que significa 1/21 ou 21.8 vezes menos do que os investimentos anteriores e a Assembléia me deu uma grande satisfação reduzindo os investimentos em publicidade.

Também, resolveram que o Detran não podia mais fazer campanha educativa de trânsito e proibiram o Detran de investir na educação de nossos municípios. Além disso, proibiram, se não me engano, que a Copel também investisse. Obrigado aos senhores! Não vou negociar Suplementação Orçamentária e se algum Deputado desinformado propuser uma Emenda Suplementar, desde já quero dizer aos senhores Deputados que veto a Emenda, porque quero investir em obras que satisfaçam o povo do Paraná, em leite, em água, em escolas e em segurança. Vocês, ao imaginar que abriam um espaço de negociação, agradaram profundamente o Governador do Paraná.

Muito obrigado!

Presidente Hermas Brandão, acredito que, conforme o nosso entendimento, por dez ou quinze minutos, para a melhor informação dos funcionários públicos, a nossa Secretária da Administração poderia ocupar esta tribuna e explicar rapidamente um pouco de cada um dos projetos que a nossa Secretaria da Administração formulou. Os projetos de lei estão todos aqui assinados, vou passar às mãos da nossa Secretária e terminada a intervenção da Secretaria, peço para que ela passe às mãos do Presidente da Casa para que siga o processo legislativo normal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Secretária Maria Marta.

Sra. Maria Marta - Secretária da Administração

A SRA. MARIA MARTA

Sr. Presidente; autoridades que compõem a Mesa; Srs. Deputados.

Rapidamente, agradecendo este espaço para essas explicações, que entendo como uma deferência da Mesa e do próprio Sr. Governador, em respeito aos servidores públicos que tanto aguardam o anúncio da apresentação dessas Mensagens.

Rapidamente gostaria de explicar as duas mensagens que têm maior relevância sob o ponto de vista de números de servidores abrangidos e os percentuais de ganho que estão sendo propostos. Em primeiro lugar, encaminha-se uma Mensagem que propõe a reestruturação dos salários do quadro próprio do Poder Executivo. Esse quadro é composto por servidores que atuam nas diversas Secretarias e Órgãos, tendo funções técnico-administrativa, finalística, levando a cabo as políticas públicas fixadas pela própria Assembléia Legislativa e pelo Programa de Governo.

Então, como é um número muito grande de servidores, nesse caso o quadro próprio abrange entre servidores ativos, inativos e geradores de pensão, trinta e três mil, setecentos e cinquenta pessoas. Por essas razões, qualquer medida que se proponha nós temos sempre um impacto financeiro muito grande. No caso presente, nós temos nessa carreira desses servidores que são organizados por nível fundamental, nível médio e nível superior, para o início dessa tabela, hoje, a tabela contempla um salário nominal de duzentos e vinte e oito, quarenta e um reais. Esse salário de duzentos e oito, quarenta e um reais é complementado por um abono de duzentos reais, abono e gratificação de assiduidade. Sobre esse salário efetivamente pago, aplicou-se, mediante a proposta, um percentual de 35,38%.

Esse percentual que é aplicado no início da tabela vai nos trazer um salário básico, real para as tabelas do quadro próprio de quinhentos e oitenta reais. A partir desse salário de quinhentos e oitenta reais para o nível de apoio, se faz a correção de todas as outras carreiras de nível técnico e de nível profissional. O reajuste para o pessoal de apoio inicia-se em 35,38%, chega-se ao final na tabela de 87,63%, traduzindo um aumento médio para a carreira de apoio de 65,43%. O pessoal de nível técnico, os agentes de execução, terão um piso, um salário nominal e real, efetivamente, pago de tabela de oitocentos e setenta reais, em substituição aos quinhentos e trinta e quatro vinte e um, hoje pagos. Esse percentual significa 62,86% de aumento. E com a distribuição na tabela, temos um aumento médio de 88,100%.

Para os servidores públicos que têm nível superior, inicia-se a tabela com dois mil e oitenta e oito reais. Eu faço especial referência ao salário-básico de início da carreira em cada um desses níveis, porque esses percentuais que estão sendo propostos são muito significativos em termos de ganho e em termos de possibilidade de uma progressão e de uma promoção para esses servidores públicos no futuro, uma vez que essa parte da lei não estará sendo modificada, ao mesmo tempo dando sempre incoerência com a política da atual gestão, todos esses percentuais serão abrangidos os servidores aposentados e os pensionistas. Além do que, nós estamos fazendo a correção de um enquadramento que foi efetivo por uma lei de 2002, que no entender dos aposentados, enfim, houve problemas com relação ao enquadramento e nós estamos propondo, dentro das possibilidades financeiras e orçamentárias do Estado, uma redistribuição do pessoal aposentado por tempo de serviço.

Essa proposta com esses índices e com esses salários, esses percentuais, e esses salários de tabela, estão sendo apresentados no momento a justificativa e Ofício assinado pelo Senhor Governador e trazem todas as informações que a partir de agora não só aqui na Assembleia, como também a Secretaria de Estado da Administração está disposta a fornecer aos senhores, envolvendo, como já disse, quarenta e três mil, setecentos e cinquenta pessoas, a um custo de vinte e sete milhões, cento e cin-

quenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos. Esse impacto, mesmo para a folha do Poder Executivo do Estado do Paraná, que hoje gira em torno de trezentos e setenta e três milhões de reais/mês, dentro sempre dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, é sem sombra de dúvida um investimento, um investimento no servidor e no profissional que está prestando seu serviço, levando os serviços públicos à população.

Ao mesmo tempo, nessa proposta, que reestrutura as tabelas do quadro próprio do Poder Executivo, estão fixadas algumas normas para o pagamento de gratificações, estabelecendo a modificação de uma gratificação anterior que só poderia ser paga aos profissionais de nível superior, fazendo com que ela possa ser paga aos profissionais de nível médio e de nível de apoio. Sempre vinculada às funções desempenhadas. Por outro lado, por entender que o texto constitucional, com a última reforma previdenciária acolheu o princípio da contribuição, ou seja o princípio da incorporação dos salários na aposentadoria de acordo com a média da contribuição, Srs. Deputados, todas as gratificações previstas na Lei nº 13.666, que não tem um caráter fortuito, que não tem um caráter precário como custeio ou abono, possam sofrer a incidência na contribuição previdenciária, para que no futuro ao final de sua vida laboral o servidor público possa levar para aposentadoria a média daquele salário que recebeu durante a sua vida funcional, dentro de uma média de contribuições.

Sou servidora pública há 23 anos. O quadro próprio do Estado está sem um reajuste desde 1995. Temos uma dificuldade grande de explicar esses percentuais, mas isso tudo está demonstrado na justificativa encaminhada pelo Sr. Governador. Esses percentuais e esses valores pagos em todos os níveis, sejam no apoio, na execução ou no pessoal profissional é sem dúvida alguma um avanço para os servidores públicos do Estado do Paraná. E percentuais e valores que diria que são historicamente contemplados para esse grupo, que é um grupo que trabalha silenciosamente em todas as Secretarias e órgãos do Estado do Paraná e às vezes sem uma grande capacidade de mobilização. Portanto, às vezes são esquecidos. Aí que reside a implementação das políticas públicas de Governo em todas as Secretarias.

A outra mensagem é o resultado de um trabalho conjunto elaborado pela Secretaria de Estado da Administração, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, os Reitores das Universidades, os Diretores de Recursos Humanos em torno da organização da carreira do agente universitário, envolvendo 8 mil e 700 servidores de nível fundamental, de 2º grau e de nível superior. Fazendo as mesmas alterações sob o ponto de vista jurídico que esta Casa já teve oportunidade de aprovar o ano passado para os docentes do ensino superior.

Também neste caso estamos regularizando de uma vez por todas as vida dessas 8 mil e 700 pessoas, fazendo com que ao final de seus serviços prestados possam ter

uma aposentadoria legalizada. Neste caso como existiu a necessidade de se estabelecer uma certa paridade de remuneração entre as diversas universidades e as faculdades isoladas, o que era bastante complicado. Isso só foi possível por um esforço conjunto inclusive com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os índices não são também lineares, eles variam de 8% a 80%. Esses dois projetos de extrema relevância estão também aliados a dois outros projetos que se referem à organização da Polícia Militar.

E eu citaria em coerência com os princípios que já foram ditos tanto para o quadro próprio, como para o pessoal administrativo das universidades, que no caso da Polícia Militar está possibilitando a ascensão profissional, a possibilidade de o servidor policial militar poder contar com a elevação na carreira de uma forma jurídica, de uma forma constitucional e legítima. Gostaria de dizer nessa oportunidade, que esse olhar para esses mais de quarenta mil servidores públicos e o mesmo trabalho que foi levado a efeito para a regularização das carreiras técnicas e universitárias, não poderia ser apresentado aos senhores hoje, com um cronograma de implantação de se não fosse um esforço enorme, não só da equipe técnica da Secretaria da Administração, que tem trabalhado e se debruçado sobre esses problemas, mas também, com o perfeito entrosamento entre as possibilidades orçamentárias e financeiras do Estado.

O que o Sr. Governador está apresentando a esses quadros nessa data é o que o Estado pode fazer dentro de um esforço muito grande.

Agradeço a atenção dos senhores, coloco-me à disposição para vir à Assembleia Legislativa discutir outros aspectos técnicos dessas mensagens que são bastante intrincadas sobre o aspecto de construção de tabelas.

Agradeço essa oportunidade e essa gentileza.
Boa tarde.

(Coral Paraná canta “Ilha do Mel”)

Encerramento:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estas Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades civis, militares e representantes do corpo consular.

À nossa querida Banda de Música da Polícia Militar, ao nosso Coral Paraná e todos aqueles que compareceram honrando e dignificando esse Poder Legislativo.

Convoco os Sr. Deputados para a Sessão Ordinária, para o dia 16 de fevereiro de 2006, às 10h00 da manhã, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 276, 540, 735, 748 e 768/2005.

Comunico aos interessados, que a partir de amanhã, 16/02, inicia-se o prazo para inscrição dos candidatos à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que estará encerrada a presente Sessão Solene.

Levanta-se a Sessão.

XX